

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1567 | 22 A 27 DE ABRIL DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

## EM DEFESA DA CAIXA

### GOVERNO QUER INICIAR ONDA DE PRIVATIZAÇÕES FATIANDO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Durante rodada de negociação, representantes dos empregados fizeram protesto defendendo a Caixa 100% Pública **(pág. 3)**



**SAÚDE:** Parceria com a Unimed Fortaleza garante aos associados acesso a plano de saúde com abrangência nacional. Reunião dia 26/4 apresenta proposta à categoria **(pág. 7)**

## Artigo

## GOVERNO BOLSONARO PROPÕE 2020 SEM AUMENTO REAL DO MÍNIMO, SEM REAJUSTE PARA SERVIDORES E SEM CONCURSOS PÚBLICOS

O governo Bolsonaro não se cansa de anunciar medidas prejudiciais à classe trabalhadora. Dessa vez, num só projeto, o de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), anunciou o fim da política de aumento real do salário mínimo, a suspensão dos concursos públicos e dos reajustes dos servidores para 2020. A única exceção, segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, é a reestruturação das carreiras dos militares, que terá impacto previsto de R\$ 86,85 bilhões nos próximos dez anos. A proposta da LDO segue para a Comissão Mista de Orçamento e deve ser votada no Congresso Nacional. A intenção do governo é sancionar a lei até o dia 17/7.

Para 2020, o governo está prevendo salário mínimo de R\$ 1.040,00, apenas R\$ 42,00 de aumento, só repondo a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou seja, sem aumento real. O anúncio é mais um retrocesso na vida do trabalhador, pois desde 2011 existia uma lei que garantia a reposição da inflação e aumento real igual ao aumento do PIB no salário mínimo. Entretanto, a lei perdeu validade em janeiro de 2019. Caso a LDO seja aprovada como está, será o fim de um pacto de valorização do salário mínimo que ajudou na redução das desigualdades ao longo dos anos 2000. Significa o desmonte de uma política que só trouxe benefícios para os brasileiros. Lembramos que o salário mínimo serve de parâmetro para o pagamento de aposentadorias e benefícios assistenciais e trabalhistas.

A política de valorização do salário mínimo foi conquistada em ação conjunta das centrais sindicais entre 2004 e 2009, ainda no governo Lula, com a realização de Marchas em Brasília. As mobilizações conquistaram também reajustes de salários para os anos citados, mesmo antes da conquista da Lei. Caso a política de valorização do mínimo fosse mantida, o valor em janeiro de 2020 seria de R\$ 1.051,00. São R\$ 11,00 de diferença que, no orçamento de uma família pobre, faz toda a diferença. Segundo o Dieese, se não houvesse essa política que Bolsonaro quer acabar, o valor do salário mínimo seria de apenas R\$ 573,00 e não de R\$ 998,00, como é hoje. Desde 2003 até 2017, ainda segundo o Dieese, o ganho real foi de 77,01%.

A proposta da LDO prevê ainda a suspensão de concursos públicos e maior rigor na autorização de nomeação de aprovados. A proposta confirmou as intenções do ministro Paulo Guedes de não preencher cargos deixados por servidores que se aposentarem. Isso atinge de cheio às agências bancárias, pois confirma o fato de que todos aqueles que saíram em planos de incentivo à aposentadoria não deverão ser substituídos. As agências vão continuar lotadas e as cobranças por metas vão continuar cada vez mais intensas. Sem falar nas condições de trabalho e atendimento que tendem a ficar ainda mais precarizadas. No mesmo rumo, a proposta prevê reajuste zero para servidores em 2020, resguardando apenas quem tiver acordo ou convenção coletiva assinada.

Essa proposta é mais um passo no caminho de retrocessos e desconstruções previstas por esse governo. Temos de pressionar os parlamentares, mostrando os impactos negativos para o País de todas essas medidas e, principalmente, deixar claro que aqueles que forem coniventes com esses retrocessos, não terão mais o voto do povo! Vamos resistir!



*Carlos Eduardo,  
presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará*



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – Endereço Eletrônico: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares



## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# EMPREGADOS CONTESTAM INTENÇÕES DO GOVERNO COM FATIAMENTO DO BANCO

De banco forte, promotor do desenvolvimento nacional, a Caixa Econômica Federal tornou-se o “puxa-fila” das privatizações brasileiras. É assim que a instituição vem sendo citada na grande imprensa nacional, após os sucessivos anúncios de fatiamento que a atual direção da empresa vem propagando ao mercado financeiro. A edição de 16/4 do caderno de Economia do jornal O Estado de São Paulo trouxe a seguinte manchete: “Caixa puxa fila da ‘redução do Estado’ e avança no preparo de venda de ativos”.

O texto da matéria se baseia nas últimas ações da direção do banco. Além de anunciar a venda de parte das áreas mais rentáveis (loterias, cartões, ativos e seguridade), o banco passou a se desfazer dos ativos de maior liquidez, a participação em outras empresas e fundos, o banco vendeu sua parte no IRB e agora se prepara para desfazer-se de parte da Petrobras. Segundo a reportagem do jornal paulista, a ideia é aproximar a atuação da Caixa à de um banco de investimento. A ideia é esvaziar os fundos governamentais, um por um, para enfraquecer o banco.

Segundo a reportagem, a “desova de ativos” por parte da Caixa mira também a abertura de capital da Caixa Seguridade, holding que concentra as operações do setor no banco. Concluída a reestruturação da área, o próximo passo será o IPO da rede de loterias, a depender do trâmite regulatório. O de seguros vem na sequência, seguido pelo de gestão de recursos e pela operação de cartões. Serão vendidos ainda imóveis e agências por todo o país.

**MESA PERMANENTE** – Na sexta-feira, 12/4, os representantes dos empregados, através da Contraf-CUT, estiveram reunidos com o banco na primeira negociação após a reunião com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Por isso, a contratação



*“Os empregados devem permanecer mobilizados em defesa da Caixa 100% Pública, por melhores condições de trabalho e em defesa dos nossos direitos historicamente conquistados. Precisamos estar unidos para não permitir o enfraquecimento da Caixa, pois é fundamental que os empregados e a sociedade em geral defendam a Caixa e as demais empresas públicas. O caráter público e social é importantíssimo para o país, o que faz do banco um patrimônio do povo brasileiro e é nesse rumo que a Caixa deve continuar”*

**Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae**



de empregados, a retirada da participação da Caixa no Conselho Curador do FGTS e o ataque da direção contra a imagem do banco público dominaram a pauta da reunião, que aconteceu em Brasília (DF).

Os empregados cobraram que a Caixa cumpra o compromisso assumido pelo presidente do banco de fazer novas contratações até atingir o teto estabelecido pelo SEST de 87 mil empregados. A posição dos representantes da Caixa foi de que não há nenhuma posição oficial sobre contratações e que o assunto ainda está em estudo, mas que havendo algo será trazido para ser acordado em mesa. Enquanto isso, nas unidades, a rotina é de sobrecarga de trabalho.

Os empregados também protestaram contra a redução da participação dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS e a retirada da representação do banco nesta instância. Com uma faixa em defesa do fundo, os representantes dos empregados destacaram a falta de posicionamento da direção da Caixa sobre a medida. A Caixa limitou-se a alegar que cumpriu uma determinação do Ministério da Economia. Na reunião, os representantes dos empregados voltaram a cobrar melhorias nas condições de trabalho dos tesoureiros, respeito à jornada de trabalho nas agências digitais e melhorias no Saúde Caixa.

**BRADESCO****SINDICATO AJUIZA AÇÕES PARA  
BANCÁRIOS QUE ADERIRAM AO PDVE E TÊM  
AÇÃO DE HORAS EXTRAS**

O Sindicato dos Bancários do Ceará, através do seu Departamento Jurídico, está ajuizando novas ações para ex-funcionários do Bradesco que aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE) e que possuem ação de horas extras tramitando na Justiça do Trabalho.

O objetivo do processo é que as horas extras advindas de processo judicial repercutam também sobre o valor da Indenização do PDVE. Como o Bradesco não pagou as horas extras durante o vínculo de emprego, o valor da Indenização do PDVE foi paga a menor, pois não considerou em sua base de cálculo as horas extras habituais que o funcionário teria direito. Sendo assim, nessa ação, o Sindicato reivindica a indenização relativa a 12 meses de horas extras, nos

termos da Indenização do PDVE. Já existe jurisprudência favorável acerca do tema.

Para ajuizar a ação, o bancário que se encaixa no perfil deve procurar o Departamento Jurídico do Sindicato com os seguintes documentos: a) RG com CPF ou CNH; b) Carteira de Trabalho; c) Comprovante de Endereço; d) Termo de Rescisão (TRCT); e) Número da ação de horas extras (se ação tiver sido ajuizada pelo Sindicato, esta informação não é necessária); f) Último contracheque antes do afastamento.

Mas atenção: a prescrição desta ação está bem próxima, uma vez que as adesões ao PDVE ocorreram a partir de agosto de 2017. Portanto, após dois anos contados do afastamento do emprego, não é mais possível processar o Bradesco. Sendo assim, a convocação para ajuizar a ação é urgente e imediata.

**Mais informações:**

Procurar o advogado dr. Anatole Nogueira, através dos telefones: 85 3252 4266 ou (85) 99612 1899 (whatsapp). O plantão do Jurídico pode ser consultado no site [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br). Atendimento no Escritório (Av. Dom Luís): É necessário agendar previamente através dos números: (85) 3244 1497 3244 1398.

**UNI7 OFERECE MBA EM FINANÇAS  
COM DESCONTO PARA SINDICALIZADOS**

A Escola de Negócios UNI7 inicia em 27 de abril o MBA Finanças & Fintech Blended Saint Paul. Parceira do Sindicato dos Bancários do Ceará, a Escola de Negócios UNI7 oferece aos associados 10% de desconto.

O MBA dispõe de ferramentas, técnicas e conceitos que apoiem a tomada de decisões nos negócios, sempre analisando criticamente as implicações das estratégias para a geração de valor econômico e gestão de riscos financeiros nos negócios, levando ao sucesso pessoal e profissional dos participantes e suas instituições.

As aulas presenciais acontecem um sábado por mês (das 8h30 às 17h30), na sede da UNI7, atreladas às aulas no formato Blended (modalidade pedagógica híbrida que combina ensino presencial e ensino à distância).

Para seleção, preencher a ficha no link: <http://bit.ly/FichaSaintPaul>

**Mais informações:**

[www.escoladenegociosuni7.com.br](http://www.escoladenegociosuni7.com.br) /  
[escoladenegociosuni7@7setembro.com.br](mailto:escoladenegociosuni7@7setembro.com.br) .  
Telefone: 85 4406 7669

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL**

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará – SINTRAFI-CE (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará), entidade de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.340.953/0001-48 e sindical MTIC nº 208.327-59, por seu Presidente, abaixo nominado, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA todos os seus associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, para se fazerem presentes à Assembleia Geral que se realizará no dia 26 de abril de 2019, sexta-feira, em primeira convocação, às 18h00min, ou às 18h30min, em segunda convocação, em sua sede (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro, Fortaleza/CE), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Escolha da Comissão Eleitoral que coordenará e conduzirá o processo eleitoral que elegerá os membros dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo deste Sindicato, para o mandato 2019/2023, em obediência ao disposto no art. 117 "caput" e §§ 1º e 6º do Estatuto. Fortaleza – CE, 22 de abril de 2019

Carlos Eduardo Bezerra Marques  
Presidente



**BANCO DO BRASIL****CONTRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS AO INSS ESTÃO DESATUALIZADAS**

O Sindicato dos Bancários do Ceará alerta sobre a situação das contribuições junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Ao solicitarem cálculo para aposentadoria, o bancário percebe que aparece defasagem no tempo de contribuição. Segundo relatos recebidos pelo Sindicato, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) dos trabalhadores não estaria sendo atualizado desde agosto de 2018.

Diante do problema, o Sindicato procurou o Banco do Brasil que informou que o problema é com a atualização pelo INSS, uma vez que o banco assegurou que continua repassando regularmente ao órgão do governo as contribuições do trabalhador e as patronais.

O banco alega que desde a implantação do eSocial, as informações sobre as contribuições pessoais e patronais dos funcionários do banco, bem como de outras grandes empresas, não estão sendo atualizadas na base CNIS, conforme divulgado no site do eSocial. Mas que o BB envia, mensalmente, por meio de arquivos ao eSocial as cotas pessoais e patronais, conforme determina a legislação. O BB também informou que já tratou do problema com a coordena-

ção do INSS, que respondeu que a DataPrev, responsável pela atualização da base CNIS, está providenciando o ajuste no sistema para adaptar o processamento do arquivo obtido do eSocial, porém sem data para finalização do processo.

Caso o bancário tenha problemas no atendimento, sugerimos contatar a Ouvidoria do INSS, através da Central de Atendimento 135.

**ORIENTAÇÕES** – O Sindicato orienta que os funcionários que tiverem distorções devem proceder da seguinte forma: para os casos de inconsistência na base CNIS, dependendo da urgência, o funcionário pode agendar atendimento numa agência do INSS para corrigir os dados. Ainda segundo o banco, os documentos



necessários para regularização constam da IN INSS/PRESS nº 77, artigo 10:

I – da comprovação do vínculo empregatício: a) declaração fornecida pela Gepes Brasília II; b) carteira de trabalho e previdência social; c) termo de rescisão contratual ou comprovante de recebimento do FGTS.

II – da comprovação das remunerações: a) relatório com os salários de contribuição, disponível na opção AHR 03.93 (também fornecida pela Gepes Brasília II); b) contracheque.

**BANCO DO BRASIL AMPLIA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS**

Segundo aviso feito ao mercado pelo Banco do Brasil, o banco pretende terceirizar os serviços de gerência de contratos, fiscalização de manutenção predial / obras civis e assessoria técnica especializada para a gestão administrativa dos contratos de engenharia. A princípio, a terceirização atingiria alguns estados das regiões Norte e Centro Oeste. O Contrato teria a validade de 24 meses e podendo ser renovado por mais 24 meses. Tudo leva a crer que será um processo que visa terceirizar todos esses serviços em nível nacional. A terceirização vai prejudicar não só os funcionários envolvidos, mas também o conjunto das dependências do banco. Não faltam casos de empresas que não cumprem contratos. Tal medida vai comprometer ainda a segurança dos funcionários e dos clientes.

Embora o Ceará não esteja sendo atingido num primeiro momento, o Sindicato está acompanhando a questão nacionalmente e estará na linha de frente do enfrentamento com mais esse processo de desmonte para privatização do governo Bolsonaro.



## FGTS

# TRABALHADOR PODE ACOMPANHAR DADOS DE SUA CONTA VIA SMS OU APP

Na última segunda-feira, dia 15/4, o Sindicato dos Bancários do Ceará recebeu a visita de representantes da Rede Executiva do Agente Operador FGTS (REPGF/FO), da Caixa Econômica Federal. O objetivo foi divulgar os serviços de SMS FGTS e App FGTS.

Os serviços facilitam para os trabalhadores o acesso aos dados de suas contas do FGTS. Aderindo ao serviço de SMS FGTS, o trabalhador passa a receber todas as informações financeiras de suas contas vinculadas de forma rápida e simples, via mensagens pelo aparelho celular. O recebimento do SMS é totalmente gratuito.

Dessa forma, o trabalhador é estimulado a atuar como fiscal da sua conta no FGTS, acompanhando, mês a mês, os recolhimentos feitos pela empresa. Além disso, o trabalhador contribui ainda para a racionalização do uso de recursos naturais, evitando a impressão em papel.

Para aderir ao serviço, é muito simples! Basta ligar para 0800 726 0207 ou solicitar o serviço em qualquer agência da Caixa Econômica Federal. O trabalhador



pode ainda fazer sua adesão pelo site do banco ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)) ou se preferir, fazer o download do App FGTS, disponível para Android, iOS ou Windows Phone. No Aplicativo, o trabalhador pode também ativar seu serviço de SMS, assim como, acompanhar os dados de sua(s) conta(s) vinculada(s) do FGTS.

“É muito importante esse serviço, pois o trabalhador pode perceber irregularidades em sua conta muito mais rápido

pois dessa forma é possível detectar quando a empresa não está realizando o depósito dos repasses mensais. Aproveitamos para destacar que essa possibilidade só acontece porque a Caixa mantém uma gestão transparente do Fundo de Garantia e para mantermos esse patrimônio é fundamental lutarmos em defesa da Caixa 100% pública”, afirmou o diretor do Sindicato e empregado da Caixa, Túlio Menezes.

## SANTANDER: EM NEGOCIAÇÃO COM O BANCO DIA 25/4, FUNCIONÁRIOS VÃO COBRAR RESPOSTAS PARA DEMANDAS

Após envio de ofício à vice-presidência de RH do Santander e carta aberta à presidenta executiva do conglomerado, Ana Botín, o movimento sindical conseguiu arrancar reunião no próximo dia 25 de abril para discutir uma série de problemas que atingem os bancários.

Serão cobradas soluções para os seguintes pontos: pressões e ameaça de demissão contra os bancários que não obtiverem a certificação CPA 10 até maio; unificação de cargos; mudança da bandeira dos vales refeição e alimentação; aumentos abusivos na mensalidade e coparticipação do plano de saúde; retirada das portas giratórias de agências. Essa última questão só não vem acontecendo no Ceará por conta da lei de segurança bancária.

Também serão cobradas explicações sobre o vídeo do presidente, Sérgio Rial, falando sobre abertura de agências nos finais de semana para educação financeira e abertura de agências em shoppings centers; reajustes no valor do reembolso de KM rodado; e problemas enfrentados pelos trabalhadores após afastamento pelo INSS.

Nesta reunião participarão representantes dos trabalhadores em nível nacional. A pauta foi apresentada ao banco duas semanas antes, com argumentos e reivindicações claras. A expectativa dos representantes do funcionalismo é que o banco apresente respostas e encaminhamentos concretos para essas demandas.

“A pauta objeto dessa reunião foi construída com base em reclamações dos trabalhadores do Santander do país inteiro. Esperamos que o banco seja sensível aos problemas apresentados e traga soluções o mais breve possível para que os bancários possam trabalhar mais tranquilos. Uma vez que essas demandas têm trazido intranquilidade aos funcionários”  
**Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander**





## ITAÚ: ASSÉDIO MORAL É PROBLEMA CONSTANTE NAS AGÊNCIAS

Assédio moral: a exposição de alguém a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. Uma das maiores preocupações dos bancários é a institucionalização e disseminação dessa prática. A cobrança é intensa, muitos trabalhadores são pressionados excessivamente e não resistem, sucumbindo à depressão.

Nas agências bancárias, o sentimento geral passou a ser de verdadeiro terror. A pressão, sempre constante, e a ameaça insistente de demissão pelo não cumprimento das metas fazem com que os funcionários ultrapassem seus próprios limites, passando a viver sempre como se tivessem uma espada pendurada sob suas cabeças. Boa parte desses esforços vão além do tolerável e acabam afetando a saúde psicológica dos funcionários, pois sabem que se não alcançarem os padrões determinados serão alvos de pressão pelos gestores e até pelos próprios colegas. As consequências disso são inúmeros afastamentos em virtude de doenças físicas e mentais em decorrência dessa forma de tratamento.

Ademais, o Itaú vem implementando uma política de demissões e fechamento de agências, gerando alta rotatividade, aumentando seus lucros, pois força a queda do nível salarial dos funcionários e causando ainda mais pânico nas unidades. Quem fica, também sofre, pois tem de enfrentar todos os dias as agências lotadas e ainda cumprir metas que são elevadas constantemente.

**DENUNCIE** – O despreparo dos gestores é um ponto comum em praticamente todas as agências, o que leva à cobrança exagerada de metas, caracterizando assim o assédio moral. Há, portanto, que se implementar várias medidas a fim de se coibir o assédio moral. Dentre eles, é possível citar a instalação de um canal de reclamações realmente eficiente e atuante, aliado à necessidade de requalificação de gestores que precisam motivar sua equipe e não, simplesmente, cobrar, amedrontar e ameaçar. A denúncia geralmente deixa de ser formalizada porque o bancário teme represálias.

*“O assédio moral dentro do Itaú está bem difundido e institucionalizado. Essa prática é observada na quase totalidade das agências e se efetiva por meio de cobranças abusivas por metas, que partem dos cargos mais altos da empresa, e terminam por incidir sobre os bancários. Todo assédio deve ser denunciado imediatamente ao Sindicato. Aos bancários que se sentem abusados de alguma forma, nos procurem, pois faremos o possível para coibir tais práticas”*



**Ieda Marques, diretora do Sindicato e funcionária do Itaú**



## SAÚDE

### SINDICATO FIRMA CONVÊNIO COM A UNIMED FORTALEZA

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio de plano de saúde com a Unimed Fortaleza. A iniciativa vai beneficiar todos os associados e seus dependentes. A presidenta da Contraf-CUT, Juvândia Moreira, esteve presente à assinatura do convênio, que aconteceu na quinta-feira, 18/4, na sede da Unimed Fortaleza. “No cenário em que estamos, de sucessivos ataques aos direitos da classe trabalhadora, é sempre positivo quando podemos agregar novos benefícios à nossa categoria”, disse. Também esteve presente o secretário-geral da Contraf, Gustavo Tabatinga. Ambos prestigiaram a assinatura do importante contrato que trará referências em negociações de novos marcos para a categoria bancária em nível nacional.

**Na próxima sexta-feira, 26/4, às 17h30, no auditório do Sindicato dos Bancários do Ceará (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), acontece uma reunião com a presença da gestão da Unimed para apresentação do plano à categoria bancária.**

O plano a ser ofertado pelo convênio é o Multiplan/Apartamento, com abrangência nacional. Pelo convênio, os interessados terão, como benefício, zero de carência e sem qualquer tipo de co-participação. Além disso, o plano guarda uma relação de 60% do valor de mercado.

O público-alvo desse convênio abrange todo o quadro de associados e seus dependentes, assim como bancários aposentados que poderão se associar e se beneficiar do plano. Essa iniciativa tem como objetivo superar a retirada do direito do plano de saúde após o desligamento do emprego, bem como, viabilizar uma possibilidade para trabalhadores de bancos públicos (e seus dependentes) da ativa não assistidos por seus respectivos planos de saúde. Essa foi uma alternativa mais acessível que o Sindicato encontrou para contemplar nosso quadro de sindicalizados que ficaram descobertos sem plano de saúde.

Venha participar da reunião de explanação e conhecer todas as vantagens!

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL****JUSTIÇA CONCEDE LIMINAR  
GARANTINDO MENSALIDADE SINDICAL  
DOS FUNCIONÁRIOS DO BNB**

A juíza Rosa de Lourdes Azevedo Brinigel, da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, concedeu na noite de segunda-feira, 15/4, liminar garantindo o desconto em folha das mensalidades dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O Banco havia suspenso a cobrança baseado na medida provisória 873 (MP 873), editada dia 1º de março, pelo presidente Jair Bolsonaro que, entre outros pontos, determinou que as contribuições de todos os sindicatos sejam feitas por meio de boleto bancário, sem desconto automático.

De acordo com a decisão da juíza, a MP 873 fere o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, segundo o qual uma assembleia geral fixará a contribuição em folha para custeio do sistema da representação sindical, independente da contribuição prevista em lei. Em sua decisão, ela ainda destaca: “e, pelos documentos anexados, já havia autorização, através de assembleia, do desconto mensal nos contracheques dos empregados associados (‘CLÁUSULA 12 - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA - CCT 2018/2020 de Relações Sindicais - fl. 123), inclusive, assim sendo feito. Portanto, tem plausibilidade as alegações autorais acerca da probabilidade do direito, no que se refere à alteração inconstitucional da forma de cobrança da Contribuição Associativa”.

A decisão, através de tutela de urgência, mantém a cobrança das mensalidades dos funcionários do BNB da forma como acontecia antes da MP 873 e determina prazo de 10 dias para que seja realizado o depósito, em favor do Sindicato, referente às mensalidades. Em caso de descumprimento da decisão, estabeleceu-se multa mensal no valor de R\$ 200.000,00.

“A MP 873, de Bolsonaro, veio claramente para fragilizar a luta em defesa dos trabalhadores, na medida em que praticamente leva à extinção dos sindicatos. Em alguns casos, o envio de boletos aos associados chegará a custar mais do que a mensalidade a ser recolhida, inviabilizando as receitas e, conseqüentemente, a estratégia de luta das entidades. O intuito desse novo governo de acabar com toda e qualquer resistência aos seus desmandos quer passar por cima até de nossas leis e de acordos previamente contratados, já que a MP é inconstitucional, na medida em que viola o artigo 8º da Constituição Federal. A medida do governo viola também a nossa Convenção Coletiva, do qual o BNB é signatário, que autoriza o desconto em folha. Essa é uma vitória importante da nossa resistência para a defesa dos nossos direitos e da nossa CCT”, avalia o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo.

*“A juíza ressaltou ainda que a MP 873, que baseou a determinação do BNB, traz graves prejuízos a atuação sindical, já que causa um dano irreparável*



*com a supressão dos descontos de forma abrupta e sem prazo razoável para adequação. Os sindicatos, de forma geral, já sofreram inúmeros abalos em suas receitas devido à reforma trabalhista e não podem ser penalizados por mais essa medida do governo Bolsonaro que, claramente, visa enfraquecer as entidades para retirar ainda mais direitos da classe trabalhadora. Sem entidades fortes, o trabalhador ficará ainda mais fragilizado”*

**Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da CNFBNB**

**Mais pobreza no Brasil**

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ficou praticamente estável de 2016 para 2017, entretanto, os dados mostram leve redução da renda domiciliar e aumento da proporção de pessoas na extrema pobreza, com estagnação do índice de Gini, que mede a desigualdade, em 0,55 – quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. A proporção de pessoas na extrema pobreza aumentou de 5,15% para 5,96%. E a de “vulneráveis a pobreza” subiu de 24,47% para 24,98%.

**Escola em casa**

O governo Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional PL que regulamenta o ensino domiciliar. A medida atende interesses meramente ideológicos de uma minoria, além de prejudicar a formação de crianças e adolescentes, cujos pais optarem por essa modalidade, segundo o ex-ministro da educação, Renato Janine Ribeiro. Para ele, a escola é importante para a socialização dos estudantes. O ex-ministro da educação diz ainda que além do processo de sociabilização ser necessário, lecionar é uma profissão e é preciso aprender a exercê-la. E, por isso, o ensino domiciliar feito pelos pais não trará garantia de aprendizado.

**Aos amigos, tudo!**

O governo federal elevou em 63% os gastos de verbas publicitárias nos primeiros três meses de governo, em comparação com igual período de 2018, com o golpista Temer. Com dados levantados junto à Secretaria Especial de Comunicação, só neste trimestre já foram gastos R\$ 75,5 milhões com propaganda. Com Bolsonaro, Record e SBT ultrapassaram a Globo e agora são os grupos que mais recebem verbas publicitárias do governo. Só neste ano, a Record já recebeu R\$ 10,3 milhões, enquanto o SBT ficou com R\$ 7,3 milhões. A Globo, R\$ 7,07 milhões. A Record é comandada por Edir Macedo, e o SBT, por Sílvio Santos, apoiadores declarados de Bolsonaro.